



*Identidade!* é licenciada  
sob uma Licença Creative Commons.

## ENCRUZILHADAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PORTO ALEGRE: ONDE, NÓS, BRANCOS, GUARDAMOS NOSSOS RACISMOS?

## CROSSROADS AND PUBLIC POLICIES OF PORTO ALEGRE: WHERE WE WHITES KEEP OUR RACISMS?

***Letícia Nuñez Almeida***

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP, docente e pesquisadora do Centro de Estudos sobre Políticas Educacionais (CEPE) da Universidad de la República del Uruguay e colaboradora do Laboratório de Estudos e Pesquisas Internacionais e de Fronteiras - Lepif. Contato: leticia.negrita@gmail.com.

**Resumo:** O presente trabalho traz uma análise do entrelaçamento entre as políticas antirracistas, os movimentos sociais e os racismos escondidos nas práticas de gestores públicos. A partir da experiência em um Núcleo de Políticas Antirracistas da Prefeitura de Porto Alegre/RS e da trajetória profissional de uma servidora pública branca, busca-se demonstrar a multiplicidade de questões envolvidas no processo de políticas públicas antirracistas, inacessível pela lógica e pela razão. A ideia do estudo é mostrar algumas encruzilhadas que se apresentam em um determinado momento histórico da cidade, envolvendo diferentes instituições, atores, cenários e disputas de poder.

**Palavras-chave:** Encruzilhadas. Políticas públicas. Porto Alegre. Racismo.

**Abstract:** The present work brings an analysis of the intertwining between anti-racist policies, social movements, and racism hidden in the practices of public managers. Based on the experience of a Nucleus of Anti-racist Policies at the City Hall of Porto Alegre / RS and the professional trajectory of a white public servant, we sought to demonstrate the variety of issues involved in the process of anti-racist public policies, inaccessible by logic and reason. The idea of the study is to show some crossroads present at a certain historical moment in the city, involving different institutions, actors, scenarios, and power disputes.

**Keywords:** Crossroads. Public policy. Porto Alegre. Racism.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em países racistas, somos racistas e mentimos, para nós e para os outros, que não. O racismo é a pior doença de qualquer sociedade, na América Latina, se funda em uma história de horrores especialmente contra os negros e indígenas. Teoricamente, ensina Silvio Almeida (2018) que há três concepções principais de racismo: a individualista, a estrutural e a institucional. O primeiro, que

seria o racismo individual, considerado por Almeida (2018) como um fenômeno patológico ou de ordem ética e moral. Mantém-se sólido pelo negacionismo retroalimentado: se eu não sofro, não dói; se eu não conheço, não existe. No caso do racismo, a negação vem com o adendo da discriminação preconceituosa: o que é diferente de mim não serve, é ruim, cabelo ruim, religião que faz o mal, aspecto duvidoso, etc. Esse caráter comportamental não nasce e se desenvolve de forma independente na sociedade, ele possui respaldo nas instituições, o que Almeida (2018) chama de concepção institucional do racismo, no qual as dinâmicas das instituições sociais confere privilégios e desvantagens a partir da raça (2018, p.29). O domínio se dá na existência de parâmetros discriminatórios que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder, fazendo com que a cultura, a aparência e as práticas de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Nas palavras do autor:

Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas - por exemplo, o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades públicas etc. - e instituições privadas - por exemplo, diretoria de empresas - depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultam a ascensão de negros e/ou mulheres, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por brancos (ALMEIDA, 2018, p.31).

Mais sutil que o escancarado racismo individual, onde há o exercício de poder de um indivíduo sobre o outro. O conceito de racismo institucional transcende o comportamento individual e apresenta outra dimensão de controle que, direto ou indireto, se dá nas dinâmicas de grupos sobre o aparato institucional, os quais reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da sociedade estruturalmente racista.

A concepção de racismo estrutural é o caminho para compreender a naturalização dos preconceitos e da discriminação raciais nas relações políticas, econômicas, jurídicas, familiares etc. É a estrutura que normaliza o racismo individual e institucional em todos os níveis, que mantém comportamentos patológicos como o padrão aceito. O racismo é um processo histórico e político e, portanto, em movimento e transformação a partir das estruturas e das condições sociais os viabilizam como pilares normativos. Nesse sentido, explica Almeida (2018, p.39), que, ainda que haja criminalização de atitudes individuais, "*o olhar estrutural sobre as relações raciais nos*

*leva a concluir que a responsabilização jurídica não é o suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial."*

Nesse sentido, a discriminação é o instrumento, o meio por onde se opera o racismo e se normalizam as desigualdades entre os grupos, pode-se dizer que ela é um dos encontros entre todos os racismos individual, institucional e estrutural. Eles não se excluem e tampouco são independentes, um indivíduo pode não ter práticas racistas, militar em movimentos anti-racismo e, mesmo assim, ser racista por viver em uma estrutura social discriminatória, por ser parte de instituições que são historicamente racistas etc. Parece lógico, mas não o é, encontrar o racismo da qual fazemos parte requer humildade e uma auto análise que requer investimento emocional e intelectual. É preciso coragem para encontrar o nosso lugar nesse caminho de séculos de privilégios construídos às custas de processos escravocratas, literalmente do sangue e da tentativa de extermínio das culturas negras e indígenas. É o nosso lado feio, perverso, que muitos chamam despretensiosamente de "escuro", são os lugares perigosos, nossas culpas, a farsa da democracia racial, é a lemanjá escondida por baixo da imagem da Nossa Senhora dos Navegantes.

Todos estes aspectos, *a priori*, estão em Exu, é o diabo, é do cemitério, é mau e perigoso. O nosso racismo de cada dia trata os outros Orixás com mais acolhimento. O sincretismo, também fruto da discriminação e criminalização das religiões africanas, permite essa diferenciação, é a linha "branca", a justificativa que se dá para dizer que a religião é negra, mas não muito.

É neste espaço do "não muito" que se dão as maiores atrocidades disfarçadas contra os negros, nesta falta de consciência que massacra, intermitentemente, por baixo dos panos, o cotidiano desta população. Pode ser que essas linhas estejam dizendo o óbvio para nós, que lutamos contra a desigualdade e o racismo, mas há perguntas que gritam todo tempo, ao menos para mim: a) o que eu posso fazer para mudar o racismo estrutural? b) e como fazer?

### **Onde eu guardo o meu racismo?**

Eu descobri que era branca em uma reunião convocada por mim quando assumi a coordenação das políticas públicas para os negros da Prefeitura de Porto

Alegre, em 2006<sup>1</sup>. Nela estavam eu e uns 25 (vinte e cinco) representantes do “Movimento Negro” da cidade. Eu ali, pontual, *notebook* aberto, pauta impressa, uma mistura de advogada, mestranda e gestora pública, tudo organizado. Expus minhas propostas, superparticipativa e aberta ao diálogo – fui destruída. Já na primeira fala me perguntaram o que eu entendia por “ser negro”, sobre xenofobia e sobre raças. Foram horas de discursos contundentes que deixavam evidente que não trabalhariam comigo, que aquele cargo não poderia ser ocupado por uma branca e, como se não bastasse, me apelidaram de Princesa Izabel da Secretaria de Direitos Humanos.

Foi uma ruptura avassaladora, eu estava tonta, perplexa, magoada, machucada e com raiva. Minha trajetória até aquele momento era forrada de elogios aos meus projetos e iniciativas bem intencionadas, meu castelo de princesa competente tinha desmoronado e pela primeira vez alguém (muitos) apontou a minha cor e etnia como um problema.

Entretanto, depois de me destruir com suas palavras, um dos participantes me olhou nos olhos e disse a coisa mais linda que escutei como gestora pública: “politicamente, nós somos inimigos, mas bato na bola, jamais no adversário, conte comigo”. O Lua – José Alves Bitencourt –, coordenador do Angola Janga, foi a pessoa mais radical e culta que conheci; se não fosse por ele, pelos ensinamentos do Prof. Pernambuco, do Mestre Nilo Feijó e da Profa. Sandra Maciel. No meio desta encruzilhada onde se encontravam meus racismos escondidos e minha inconsciência social, eu não teria vivido essa experiência de humildade diante de um universo desconhecido e ameaçador para mim. Cabe salientar, que adoto aqui a ideia de encruzilhada proposta por José Carlos dos Anjos (2008, p.80), como um “(...) *modelo para o encontro das diferenças que é rizomático: a encruzilhada como ponto de encontro de diferentes caminhos que não se fundem numa unidade, mas seguem como pluralidades.*”

Abaixo um registro de Lua e Pernambuco na II Marcha Zumbi dos Palmares:

---

<sup>1</sup> No segundo ano do mandato do Prefeito José Fogaça (PPS/PMDB/PDT/PTB/PP/PSDB). Antes dele, Porto Alegre havia sido governada 16 anos pelo Partido dos Trabalhadores, período em que ficou internacionalmente conhecida pela implementação de políticas públicas como o Orçamento Participativo e o Fórum Social Mundial.



Fonte: <https://www.geledes.org.br/registro-sobre-o-falecimento-jose-alves-bittencourt-lua/>

E tampouco teria conhecido várias encruzilhadas simbólicas, como o denominado “Movimento Negro”, lugar onde se cruzam e encontram muitos outros movimentos, simbologias e disputas de poder. É o lugar onde os Movimentos das Casas de Religião se cruzam com as políticas partidárias, com os Carnavalescos, com os Movimentos *Hip Hop*, com os Movimentos dos Capoeiristas, das Associações de Bairros, das Comunidades Quilombolas e, claro, com os cientistas sociais, sedentos por decifrar a cosmologia dessas encruzilhadas a partir de suas teorias brancas<sup>2</sup>.

### Breve história da princesa racista

Nascida e criada em família de classe média alta na fronteira do Brasil com o Uruguai, lugar onde as pessoas têm orgulho de ser racistas, ao nove anos (1980) fui visitar a “nossa” empregada doméstica e me deparei com um altar habitado por santos que eu nunca tinha visto no colégio de freiras em que estudava: “isto é um Congá, minha filha”. Aquele universo mágico se transformou no que havia de mais interessante no mundo para mim, e o inferno para Dona Nica, que passou a ter uma adolescente chata no seu rastro fazendo perguntas sem parar. Ela me levou à Flora da cidade, ensinou-me a jogar baralho cigano, a fumar e a respeitar o desconhecido.

---

<sup>2</sup> Lua faleceu em 2019, no HPS de Porto Alegre, na encruzilhada formada pelas Avenidas Osvaldo Aranha e Venâncio Aires. É um dos Griôs responsáveis por hoje estarmos aqui, debatendo abertamente sobre racismo e encruzilhadas. Nos anos 70, foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado, do Partido dos Trabalhadores e do Núcleo Negro do PT gaúcho. Idealizador e coordenador da Entidade Angola Janga, do Museu do Percurso de Porto Alegre, do Centro de Referência Afro-Brasileiro e da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN).

Obviamente fui expulsa do colégio de freiras, não só pelas minhas perguntas indecentes para a época, mas, principalmente, creio eu, porque levava minha pequena imagem de lemanjá na mochila e colocava em cima da classe.

Na capoeira, eu encontrei um lugar de acolhimento até terminar a faculdade e vir para Porto Alegre trabalhar e fazer mestrado em Ciências Sociais. Em 2001, formada em Direito, mas sem conhecer ninguém, comecei a trabalhar como secretária de um escritório que, como pagamento, cedia um horário em uma de suas salas. Coloquei um anúncio de R\$10,00 reais no Diário Gaúcho de domingo: “Escritório de Advocacia na Cidade Baixa – causas de família e criminais” e meus primeiros clientes apareceram na segunda-feira de manhã: Pai Alfredo de Xangô e sua esposa, Ana. Os tambores mágicos da família do Pai Alfredo na Travessa Venezianos se transformaram no meu porto seguro, ali conheci a cidade que me interessava, algumas fronteiras e cruzamentos entre a Cidade Baixa e o Bairro Restinga, e fui advogada de família. Para pagar as contas, trabalhei em escritórios grandes, no centro da cidade, com a mesma sensação de estar naquele velho colégio teresiano, mas eram perto do Mercado Público o que aliviava muito a tristeza. Comecei a conhecer pessoas que me abriram caminhos, trabalhei na criação de algumas OSCIPS de Direitos Humanos, até que me convidaram a desempenhar atividades como assessora jurídica para assuntos latifundiários no Departamento de Habitação (DEMHAB), da Prefeitura de Porto Alegre (doravante Prefa), no mandato do Prefeito João Verle. Na primeira semana de atividades, ocorreu a maior tragédia que presenciei na vida, o incêndio da Vila dos Papeleiros, na madrugada de 19 de março de 2004, 600 (seiscentas) pessoas tiveram suas casas e barracões de trabalho destruídos<sup>3</sup>. Abaixo uma foto da noite do incêndio:



<sup>3</sup> DA SILVA, Eliane Simões. *Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos: e os catadores?* 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.



Fonte: DEMHAB, Programa Integrado Entrada da Cidade, 2008.

Meu contrato na Prefa era de um mês, permaneci um ano até terminar o mandato do Partido dos Trabalhadores (PT). No DEMHAB, conheci outro desenho da cidade: um mapa que incluía as reintegrações de posse, os loteamentos e as Comunidades Remanescentes de Quilombos. Ubirajara Toledo foi que, generosamente, me presenteou com a tese (datilografada) do Prof. José Carlos dos Anjos sobre o Território da Linha Cruzada<sup>4</sup>, uma obra prima que mudou minha percepção daquela cidade que, na minha fantasia, era “participativa” e politizada. O Prof. Dos Anjos foi meu orientador em um curso de Especialização sobre Projetos Sociais e Culturais, me ensinou o que sei sobre o tema e me ajudou a escrever um projeto de pesquisa sobre as disputas de poder nas Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul; com ele, passei na seleção do mestrado em Sociologia da UFRGS em quinto lugar, a única que não recebeu bolsa de estudos em um grupo de 17 (dezesete) mestrandos – eram outros tempos, de critérios duvidosos, inesquecíveis. Passei dois anos (2005-2007) do curso de mestrado brigando administrativamente junto às Coordenadoras do PPG Sociologia da UFRGS para saber o porquê de eu não receber bolsa. A única resposta que recebi foi: “trata-se de uma aluna problemática”. Mais uma vez eu estava no colégio teresiano, só que agora público, minha vida – e a de muitos colegas desrespeitados por docentes inescrupulosas – foi um inferno por causa dessas senhoras, inesquecível II. Não por acaso, comecei pesquisando os Quilombolas e terminei fazendo pesquisa de campo sobre a participação dos jovens da periferia nas políticas de segurança de Porto Alegre. Passei um ano dentro da Secretaria de Direitos Humanos acompanhando as reuniões nas comunidades, entrevistando e caminhando por outros caminhos, especialmente os da Vila Cruzeiro<sup>5</sup>. Na volta de um desses percursos, numa segunda-feira, fui levada à Casa de Religião da mãe leda de Ogum, era uma passada para buscar algo e de repente eu sentada no meio de uma Gira de Exus. As pessoas que estavam comigo desapareceram e eu fiquei ali vivendo algo que ultrapassou qualquer descrição cognitiva, não podia ser tão alucinante sem o uso de drogas alucinógenas, eu me sentia em outra dimensão, outro tempo. Até que fui encaminhada a uma entidade que

<sup>4</sup> DOS ANJOS, José Carlos Gomes. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

<sup>5</sup> Meu agradecimento afetuoso ao Paulo Jorge (*in memoriam*), presidente da Associação de Moradores da Vila Tronco Neves.

riu freneticamente da minha cara e disse: “não sabe de nada, coitada, tu vai ser minha escrava, eu vou ser tua sinhá”.

Sai dali bêbada, sem entender nada, fiquei parada na encruzilhada das ruas Luiz Afonso com a João Alfredo, onde, no dia seguinte eu seria convidada para coordenar as “políticas públicas para o povo negro” da Prefeitura de Porto Alegre. Um convite simples e direto para assumir um cargo de confiança, eu não era do partido do Secretário responsável, eu nem o conhecia, o Governo era do PMDB e PPS e eu era filiada ao PT, andava com bandeira na rua, fazia campanha de porta em porta. Era inacreditável o convite, eu aceitei na hora, para mim não havia outra opção, eu estava desempregada e me vi em outra encruzilhada: por um lado, automaticamente, todos os/as meus/minhas companheiros (as) petistas me viraram as costas, me difamaram e só um quis conversar comigo, o Bira, o Ubirajara Toledo, aquele que me apresentou as comunidades quilombolas e que jamais me julgou. Nesse cruzamento, as pessoas com quem eu trabalharia nesse novo processo tampouco me aceitavam, eu era uma petista traidora, branca que queria mostrar competência desqualificando os negros/as, a Princesa Izabel da feira.

E nesse momento de pura alegria eu comecei minha caminhada, sendo rotulada como de direita por um lado e de esquerda por outro; com o tempo entendi que eu era tudo isso mesmo, uma multiplicidade de questões e sentimentos que compunham minhas encruzilhadas internas e que me faziam seguir adiante. Não sem muita terapia, claro.

### **Há política pública sem orçamento?**

Como é de praxe na maioria dos quadros de Cargos de Confiança (CCs), quando um governo sai, mesmo que esse governo seja uma pessoa e uma mesa, ele leva consigo a trajetória, os documentos, as experiências, os contatos importantes – é uma guerra, quem chega deve começar do zero, essa é a lei da política partidária brasileira: a da não continuidade. É nas práticas que agente vê quem é quem, eu já sabia disso, havia visto muitos CCs – de todos os partidos – limpando gavetas e guardando documentos públicos em casa quando mudava o mandato.

No Núcleo de Políticas Públicas para o Povo Negro não era diferente, recebi uma mesa, uma cadeira, um computador que não funcionava, um armário com folhas



A4. Porém, com a ajuda de servidores<sup>6</sup> de carreira da Prefa fui descobrindo o que existia nesse Núcleo, especialmente o Grupo de Trabalho Antirracismo da Prefeitura (GT), do qual faziam parte servidores públicos e o movimento social organizado, e tinha como principal função pensar as políticas públicas para os/as negros/as em Porto Alegre. Eles, os servidores, me deram suporte para começar as atividades, eram fiéis escudeiros e eu me sentia mais segura. Aos poucos, os diálogos foram se dando, eu entendi que aquele grupo da primeira reunião – que eu achava que era o “Movimento Negro” – eram apenas pessoas e entidades que também discordavam entre si, que disputavam poder e vaidades como todo mundo, e eu queria conhecê-los e ganhar sua confiança. As reuniões do GT começaram a ser realizadas semanalmente no Mercado Público<sup>7</sup> e no Museu Joaquim Felizardo, também conhecido como Museu de Porto Alegre. Agendamos os auditórios e salas com antecedência para dois anos, em horário nobre, depois do expediente, para ocupar os espaços e patrimônio da cultura negra da cidade e criar uma rotina de discussões da temática nos prédios públicos. Recebíamos chamadas telefônicas toda semana: “será que não dá para trocar o dia da reunião “dos negros”? é que temos uma agenda importante para essa sala”.

Assim foi por um período de dois anos (2007-2008), o GT foi crescendo e incorporando diferentes setores da sociedade, as brigas e rugas estavam sempre presentes; nosso maior desafio era não transformar a política em um reperto de verbas para projetos e ações da Semana da Consciência Negra, em novembro, tendo em vista que esta era a única rubrica orçamentária que tínhamos. É obvio que sem dinheiro não há política pública, mas, mesmo assim, conseguimos criar um espaço de debate e criação, pois também não há orçamento para o que não está “presente”, em movimento, sendo pensado e desenhado. Ali discutimos a transversalidade da temática antirracismo nas diferentes secretarias e departamentos da Prefeitura, tais como:

---

<sup>6</sup> Especialmente, os colegas competentes e hoje amigos fiéis: Lorecinda Abrão (Guarda Municipal), Adriana Santos (SMED), Jane Beatriz Machado da Silva (SMDHSU), Márcio Ramos e Leonardo da Rosa (Carris), Clarice Freitas (Procempa) e Gilberto Ataíde (SMC).

<sup>7</sup> Confesso que havia o meu cunho egoísta de poder pedir autorização ao Bará do Mercado antes de cada atividade (...): “(...) princípio que governa todas as formas de troca” (VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. *Galinha d'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005, p.7).

a) os cursos de capacitação de professores na Secretaria de Educação, nos quais eram apresentadas desde questões teóricas até oficinas de como cuidar dos cabelos das crianças negras;

b) as ações informativas e de tratamento da Anemia falciforme da Secretaria de Saúde;

c) o curso de Multiplicadores de Direitos Humanos que, de forma itinerante, em uma kombi, ia até as comunidades oferecer cursos às lideranças comunitárias e ajudar na elaboração de projetos sociais e culturais;

d) a retomada da Implementação do *Museu do Percurso*<sup>8</sup>.

e) o Auxílio jurídico e social às Comunidades Quilombolas urbanas;

f) a manutenção e a ampliação das cotas no serviço público e demais instituições educativas;

g) a reformulação das Semanas da Consciência Negra, incluindo/trazendo as Comunidades Quilombolas de outras localidades para as atividades. Ainda sobre a SECON, organização e viabilização das seguintes atividades: a) Vigília dos Lanceiros Negros – Parque da Harmonia; b) Atividades da AMAVITRON; c) Semana da Consciência da Bom Jesus; d) Atividades no Instituto Murialdo; e) Atividades na Escola Wenceslau Fontoura; f) Atividades Vila na Maria da Conceição, entre outras;

e) o planejamento das Semanas da Capoeira e para as Semanas do *Hip Hop* como atividades do calendário municipal;

f) a ocupação do Largo Zumbi dos Palmares e a criação do ESCAMBO, Feira de trocas e culturas africanas.

Essas foram as principais pautas do nosso trabalho de dois anos, com desdobramento em dezenas de atividades e entidades que seria impossível descrever em um artigo. Um processo fruto de muito debate, complicações e desafios de todo tipo, especialmente políticas. As encruzilhadas que se formam pelas disputas de poder são muito sutis e tecidas de forma não aparente, nada óbvias – trata-se de uma desconstrução dinâmica, na qual o que está por trás de determinados impasses nem sempre se revela facilmente.

---

<sup>8</sup> Para conhecer a história e a relevância do Museu do Percurso para cidade de Porto Alegre, recomendo muito a dissertação “O Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre - RS: interrompendo invisibilidades, reinscrevendo experiências negras na cidade”. (DA ROSA, Elza Vieira. *O Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre/RS: interrompendo invisibilidades, reinscrevendo experiências negras na cidade*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019).

O que apresento aqui é uma caricatura, um registro para que esse período não seja esquecido; não encontrei nenhum arquivo público dessas atividades no site da Prefeitura<sup>9</sup>, mas, seguramente, estão na memória dos que participaram e se dedicaram à formação desta rede antirracista de trabalho. Abaixo, um pouco da arte dos materiais de divulgação da SECON:



Fonte e arte: Perseu Pereira, 2008.

## ESCAMBO

No período 2007-2008, o governo municipal estava apresentando a implementação de um megaprojeto para instalação de uma linha de metrô ligada ao *Trensurb*, com sua principal estação/shopping situada no Largo Zumbi dos Palmares. Tratava-se de uma obra audaciosa, com financiamento internacional a caminho – o projeto perfeito para uma reeleição. O Largo Zumbi dos Palmares, antigo Largo da Epatur, era um estacionamento de ônibus que hospedava uma feira de agricultores duas vezes por semana, nada mais, diziam os empreendedores. Lideranças de

<sup>9</sup> Gracias à competente Sandra Maciel, que guardou alguns materiais dos projetos que desenvolvemos.

diferentes entidades do Movimento Negro solicitaram uma audiência pública para discutir a impossibilidade do projeto, tendo em vista que o Largo era (é) um patrimônio da cidade e da história da comunidade negra<sup>10</sup>. Ainda, muito se discutiu sobre a existência de um assentamento de Orixá no centro do Largo, o Prefeito apresentou propostas para “amenizar” o impasse construindo um museu da cultura negra dentro da estação de metrô, entre outras barganhas. O que hoje parece ser algo impensável e remoto, àquela época era urgente, ocupar o Largo era uma questão fundamental para a comunidade negra naquele momento. Nesse ínterim, nasceu a idéia do **Escambo**, aparentemente tratava-se de uma feira de trocas e culturas que se realizaria quinzenalmente no Largo Zumbi dos Palmares, mas era muito mais do que isso. Abaixo, a arte de um dos folhetos do Projeto:



Fonte e arte: Perseu Pereira, 2008.

O Projeto idealizado pelos Grupos GT – Antirracismo, Mocambo e Angola Janga – ampliou significativamente a participação dos movimentos sociais em geral, especialmente de jovens que se aproximavam pelo grupo Africanamente, pelo KSULO

<sup>10</sup> DE ÁVILA, Cintia Aguiar. *Na interface entre religião e política: origem e práticas da Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras (CEDRAB)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

*Hip Hop* e entidades ligadas ao movimento GLBT, como Nuances, que participaram ativamente colaborando em todas as etapas do ESCAMBO. Foram quatro edições que envolveram desde contratações de palco, banheiros químicos e tendas, até autorização da vigilância sanitária para vender alimentos, organização da agenda de apresentações, segurança pública, etc.

Para nós, naquele momento, era uma estratégia subversiva, por meio da arte e da cultura estávamos criando, dentro da prefeitura, um movimento que era contra os interesses políticos daquele mandato, quais sejam: construir um terminal de metrô e um shopping no Largo Zumbi dos Palmares.

O GT da Prefa tampouco era heterogêneo, ali estavam servidores que apoiavam e promoviam todas as atividades do ESCAMBO e outros que faziam o papel de olheiros, sendo simpáticos dependendo da conveniência do momento; às vezes, colaborando “trancando as ruas” de caminhos burocráticos inerentes às atividades do poder público.

A multiplicidade de ideologias que se cruzam e se transformam na esfera pública é um mundo a parte, uma coisa certa, as aparências enganam e o que parece evidente e lógico perde o sentido quando há vaidades políticas em jogo. Muitas vezes, os que se declaram como nossos inimigos são os mais são leais e vice-versa – nas práticas que se vê quem é quem, não nos discursos.

Depois de dois anos, o Núcleo de Políticas para o Povo Negro tinha uma sala de trabalho e reuniões, com um arquivo documental de tudo o que estava sendo realizado, graças à generosidade das entidades do Movimento Negro. O fato de diferentes personalidades políticas, de todos os partidos, frequentarem e trabalharem nesse espaço, causava estranhamento e incômodo em muitos CCs e servidores. Para nós, do GT, era a glória, uma conquista emocionante.

Abaixo, a arte do material de divulgação do primeiro ESCAMBO no Dia da Libertação da África:





Fonte e arte: Perseu Pereira, 2008

O ESCAMBO era uma estratégia política de fortalecer as relações entre diferentes esferas que naquele momento não dialogavam e se excluíam; seguia o princípio de que todos tínhamos o que trocar, dar e receber, cada qual com suas questões pessoais e coletivas. Não foi fácil, em muitos momentos nada fluía, pois nem sempre estávamos abertos ao diferente, nem sempre tínhamos consciência do que fazíamos, mas sabíamos que só coletivamente conseguiríamos avançar, seja lá para onde fosse. Foi um exercício de humildade para todos, seguramente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É no privilégio de ser branco que guardamos o nosso racismo, é no sentimento que não acessamos que, inconscientemente, nos mantemos racistas para não perder o que a “branquitude” nos brinda. Justificamos nas leis do senso comum: “não sou racista, pois tenho amigos negros, sou casado com uma mulher negra, sou



umbandista, sou batuqueiro (a), sou capoeira, sou do Movimento Negro, etc.”, só que existem outras leis, como explica Exu Sete Encruzilhadas (2017):

(...) é preciso trazer de dentro as verdades, trabalhar na lei é trabalhar na lei divina, é uma só, é não machucar o seu próximo. Vencer o Ego, vencer a nossa vaidade, aí que está o demônio. O ego e a vaidade te separa de tudo, todos nós somos energias (...). Exu aplica a lei divina, as pessoas não entendem porque são egoístas<sup>11</sup>.

O nosso ego e vaidade não nos permitem olhar para esse lado cruel, de não aceitar o que é desconhecido, de negar a alteridade. É nas práticas que vivenciamos uma atitude não racista, mesmo que por trás dela haja consciência de que há um racismo escondido, não acessível na sua completude.

Assim, no dia 02 de janeiro de 2009, ao chegar à Prefeitura, lendo o Diário Oficial do Município, fui surpreendida pela notícia de que o Núcleo de Políticas para o Povo Negro havia sido extinto por Decreto Municipal, de forma retroativa, desde o dia 01 de janeiro de 2008, obviamente, meu cargo de coordenação também e eu estava devendo o salário de um mês trabalhado, além de ter perdido o direito a dois períodos de férias não gozados. É evidente que minha situação é irrelevante frente à gravidade do que foi feito, mas parece importante relatar a minha experiência nessa encruzilhada tão comum para quem trabalha com políticas públicas. Por um lado, um núcleo desmanchado, projetos deletados, documentos encaixotados em um banheiro, em 24h o desmonte se deu. Era de se esperar, eu não esperava, aquele espaço tinha se transformado na minha vida, o meu mapa afetivo era um raio de ação formado pelo Mercado Público, o Largo Zumbi dos Palmares, o Museu Joaquim Felizardo e o Bairro Floresta.

Em 2009, fui embora de Porto Alegre, a convite do Prof. Luiz Eduardo Soares, para trabalhar como sua secretária adjunta, na Secretaria de Segurança de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, lá me vi em muitas outras encruzilhadas e conheci outros racismos, meus e dos outros. De lá para cá, nunca havia pensado em escrever sobre essa experiência, sabia que, por mais detalhista que fosse, a teoria jamais dá conta da realidade, do que foi vivido e da importância que o compromisso dessas pessoas teve naquela época para que hoje as lutas sejam outras. A pergunta que eu mais escutava era: “por que uma branca lutando pelos direitos dos negros?” e a resposta

---

<sup>11</sup> EXU Sete Encruzilhadas. Quem é Exu? Qual sua função no plano Divino? Porto Alegre, 13 nov. 2017. Entrevista concedida à Letícia Nuñez Almeida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQF9lo0MiUk>. Acesso em: 17 maio 2021.

segue sendo a mesma: “porque não? É uma luta de todos. Enquanto alguém estiver sofrendo racismo, minha dignidade está sendo atingida diretamente”. Parece demagógico, frase do Che Guevara, piegas, não importa... disse isso inclusive ao, agora Deputado, Bibó Nunes, em um programa de TV, enquanto ele relatava que sofria racismo em um avião, indo para Nova Iorque<sup>12</sup>, misericórdia!

Hoje, quatorze anos depois, estou professora de Sociologia na *Universidad de la República do Uruguay* e tento, cotidianamente, nas práticas, trabalhar a temática da pedagogia antirracista de forma transversal, no programa da nossa disciplina<sup>13</sup>, buscando revelar onde cada um de nós pode se encontrar com seus racismos e preconceitos. Afinal, onde Marx, Weber e Durkheim guardavam os seus racismos?

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Letícia Núñez; NARVAEZ, Ana Luiza. Educação e antirracismo no Uruguai: diálogos, práticas e virtualidade. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, v. 8, n. 1, p. 165 (3), abr. 2021. ISSN 2359-2494. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1134>>. Acesso em: 17 maio 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é o racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DA ROSA, Elza Vieira. *O Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre-RS: interrompendo invisibilidades, reinscrevendo experiências negras na cidade.* 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DA SILVA, Eliane Simões. *Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos: e os catadores?* 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DE ÁVILA, Cintia Aguiar. *Na interface entre religião e política: origem e práticas da Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras (CEDRAB).* 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

---

<sup>12</sup> O vídeo do Programa está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=884e0Kao0fE>

<sup>13</sup> ALMEIDA, Letícia Núñez; NARVAEZ, Ana Luiza. Educação e antirracismo no Uruguai: diálogos, práticas e virtualidade. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, v. 8, n. 1, p. 165 (3), abr. 2021. ISSN 2359-2494. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1134>>. Acesso em: 17 maio 2021.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. A Filosofia Política da Religiosidade Afro-Brasileira como Patrimônio Cultural Africano. *Debates do NER*, Porto Alegre, Ano 9, N. 13, P. 77-96, Jan./Jun. 2008.

EXU Sete Encruzilhadas. *Quem é Exu? Qual sua função no plano Divino?* Porto Alegre, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQF9Io0MiUk>. Acesso em: 17 maio 2021.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. *Galinha d'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.